

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 8.595, DE 2017

Apensados: PL nº 2.425/2022 e PL nº 919/2023

Acresce os §§ 6º e 7º ao artigo 22 da Lei 8.906 de 04 de julho de 1994 dando aos honorários advocatícios natureza alimentar e dá outras providências.

**Autor:** Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR

**Relatora:** Deputada MARIA ARRAES

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 8.595, de 2017, de iniciativa do Deputado Rubens Pereira Júnior, objetiva acrescentar dois parágrafos (§§ 6º e 7º) ao caput do art. 22 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), a fim de enunciar expressamente a natureza alimentar dos honorários advocatícios de trata o aludido artigo, bem como daqueles sucumbenciais devidos à Defensoria Pública e órgãos e entidades que exercem a advocacia pública.

Também é previsto, no âmbito da mencionada proposição, que a lei almejada entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

A referida proposta legislativa foi justificada pelo respectivo autor sob o argumento de que “não pairam dúvidas” de que “os honorários constituem contraprestação ao labor exercido pelo profissional da advocacia”, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal, em sede de súmula vinculante, já reconhece a natureza alimentar dos honorários advocatícios.

De acordo com o que foi despachado pela Mesa Diretora desta Câmara dos Deputados, a aludida proposição encontra-se distribuída, para análise e parecer, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania



nos termos do que dispõem os artigos 24 e 54 do Regimento Interno desta Casa a fim de tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Tramitam em conjunto com o mencionado Projeto de Lei nº 8.595, de 2017, em virtude de apensações determinadas nesta Casa, as seguintes proposições da mesma espécie:

- a) PL nº 2.425/2022, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira, que altera o Estatuto da Advocacia e o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 15 de março de 2015) para reconhecer a natureza alimentar dos honorários advocatícios convencionados, mas se fixando limite percentual máximo (de trinta por cento) a ser calculado sobre o benefício econômico obtido para o cliente para que créditos decorrentes de honorários advocatícios contratualmente convencionados sejam considerados de natureza alimentar e ainda gozem de privilégios na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial – sendo que sua aplicação implicará reconhecer como não alimentar a parte que o sobejar; e
- b) PL nº 919/2023, de autoria do Deputado Waldemar Oliveira, que altera o Estatuto da Advocacia a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios.

Consultando os dados e informações relativos à tramitação das referidas matérias legislativas no âmbito desta Casa, observa-se que, no curso dos prazos concedidos para oferecimento de emendas nesta Comissão em diferentes legislaturas, nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre os projetos de lei em tela quanto aos aspectos



de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

Os referidos projetos de lei se encontram compreendidos na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítima a iniciativa legislativa para cada um deles e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nele versada (Constituição da República de 1988: Art. 22, *caput* e respectivo inciso I; Art. 48, *caput*; e Art. 61, *caput*). Vê-se, pois, que tais proposições obedecem aos requisitos constitucionais formais exigidos para a espécie normativa.

Além disso, elas não contrariam, à evidência, normas de caráter material erigidas pela Carta Magna, bem como os princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico.

No que diz respeito à técnica legislativa empregada nos projetos de lei em análise, é de se verificar que se encontra de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, salvo quanto a algumas irregularidades notadas, tais como a numeração conferida, pelo Projeto de Lei nº 8.595, de 2017, a dispositivos aos que se pretende acrescentar a diploma legal que já foi empregada em dispositivos supervenientes introduzidos no ordenamento jurídico pela Lei nº 13.725, de 2018, e a ausência, no apensado Projeto de Lei nº 2.425, de 2022, do necessário emprego das iniciais maiúsculas NR entre parêntesis para indicar modificação a ser perpetrada em dispositivos vigentes.

Passemos ao exame, quanto ao mérito, das mencionadas propostas legislativas.

Consoante foi assinalado pelo autor da matéria legislativa em apreciação, o Supremo Tribunal Federal, a respeito dos honorários advocatícios, adotou a Súmula Vinculante nº 47, segundo a qual “Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza”.



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça já fixou tese jurisprudencial segundo a qual “Os honorários advocatícios têm natureza alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento”.

O referido entendimento é corroborado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, que, através da Súmula Vinculante n.º 47, fixou o seguinte entendimento:

**STF – Súmula Vinculante n.º 47** - Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

A atribuição da natureza alimentar aos honorários advocatícios, sejam eles convencionados ou sucumbenciais, é decorrente não só da sua natureza remuneratória de contraprestação pelo trabalho exercido pelos profissionais da advocacia, sendo essencial para a garantia da sua subsistência e de sua família.

Neste sentido bem ressaltou o Ilustre Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão quando, no julgamento do REsp 1.815.055/SP, citando os doutrinadores Cássio Scarpinella e Donaldo Armelin, assim mencionou:

“Em verdade, conforme adverte Cássio Scarpinella e Donaldo Armelin, 'a natureza alimentar de um específico crédito caracteriza-se pela sua finalidade e não pelo nome da remuneração' (A natureza alimentar dos honorários sucumbenciais. In: Tutelas de urgência e cautelar. São Paulo: Saraiva, 2010, 220)”

Portanto, a presente proposta está em perfeita consonância com os princípios constitucionais de proteção ao trabalho, estabelecidos pelo Art. 7º da CF/88, bem como a garantia e o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, assegurado pelo Art. 1º, inciso III da CF/88.



É oportuno e conveniente, pois, explicitar a referida natureza alimentar dos honorários advocatícios em lei, tanto dos honorários de natureza sucumbencial quanto daqueles contratualmente convencionados.

Pelos mesmos motivos igual tratamento jurídico cabe ser expressamente reconhecido em relação aos honorários sucumbenciais provenientes da atuação da Defensoria Pública e dos patronos da advocacia pública, uma vez que os recursos arrecadados sob tal rubrica muitas vezes compõem direta ou indiretamente a remuneração ou subsídio que são pagos a defensores e advogados públicos (hipóteses em que há parcelas remuneratórias específicas vinculadas, de algum modo, aos valores de honorários devidos ou recebidos) ou integram os orçamentos públicos que preveem e destinam os recursos necessários para remunerá-los nos termos das leis vigentes.

Também se afigura apropriado estabelecer, em linha com o previsto no Projeto de Lei nº 2.425, de 2022, que, para fins de pagamento de precatórios, os honorários, sejam eles de sucumbência ou contratualmente convencionados, seja observado o procedimento previsto no § 4º do art. 22 do Estatuto da Advocacia, sendo eles destacados e classificados como créditos de natureza alimentar, respeitadas as vedações a respeito de fracionamento, repartição ou quebra de precatórios previstas no § 8º do art. 100 da Constituição Federal.

Tal medida visa a segurança e a efetividade do respeito à natureza alimentar dos créditos de honorários, em comunhão com o objetivo principal do presente projeto.

Também na esteira do que propõe o Projeto de Lei nº 2.425, de 2022, é medida apropriada a alteração da redação do Art. 85 da Lei 13.105 de 2015 (Código de Processo Civil), para que se faça constar explicitamente a natureza alimentar tanto dos honorários advocatícios sucumbenciais quanto dos contratuais, tanto para fins de estabelecimento dos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho quanto para fins de expedição de requisitórios de pagamento.

É que, além de um caráter de direito material, a atribuição expressa da natureza alimentar às verbas honorárias possui nítida natureza



processual, pois é através do procedimento que é verificada a sua materialização.

O Código de Processo Civil, estabelecido pela Lei 13.105 de 2015, é a norma que embasa todas as relações processuais, sendo aplicada, inclusive, a outros procedimentos específicos além dos processos judiciais, em virtude de lacunas eventualmente existentes.

Noutros termos, a Lei 13.105 de 2015 é a “norma processual mãe” que sustenta e embasa a totalidade dos procedimentos.

Por isso, ainda que a norma de tratamento de caráter específico relacionada à forma de remuneração da atividade da advocacia seja a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a alteração da Lei 13.105 de 2015 (Código de Processo Civil) aqui proposta é essencial para garantir a efetividade dos objetivos aqui previstos.

Tal medida garante maior segurança jurídica, em atenção ao princípio constitucional do devido processo legal (Art. 5º, LIV, CF/88).

Diante do exposto, o nosso voto, neste Colegiado, é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei números 8.595, de 2017, 2.425, de 2022, e 919, de 2023, nos termos do substitutivo ora oferecido cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputada MARIA ARRAES  
Relatora



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.595, DE 2017

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para incluir disposições sobre a natureza alimentar dos honorários advocatícios contratuais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei tem o objetivo de alterar a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para incluir disposições sobre a natureza alimentar dos honorários advocatícios contratuais.

Art. 2º - A Lei 8.906 de 04 de julho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.....

.....

§ 9º Os honorários tratados no caput deste artigo terão natureza alimentar, conforme a legislação vigente.

§10º Os honorários de sucumbência que fizerem jus a Defensoria Pública e as demais entidades que desempenhem advocacia Pública também terão caráter alimentar, conforme a legislação vigente.

§11º Para fins de pagamento de precatórios, os honorários de sucumbência ou os honorários convencionados, caso observado o procedimento disposto no § 4º deste artigo, deverão ser destacados e classificados como créditos de natureza alimentar, respeitadas as vedações a respeito de fracionamento, repartição



ou quebra de precatórios previstas no § 8º do art. 100 da Constituição Federal.

.....

Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos, gozam de natureza alimentar e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação

extrajudicial. ....  
 ..... (NR)”

Art. 3º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 85. ....

.....;

§14. Os honorários, sejam eles convencionados ou de sucumbência, constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

.....

§ 21. Para fins de expedição de precatórios para pagamento dos honorários sucumbenciais ou convencionados, nos termos do § 11 do art. 22 da Lei nº 8.906, de 1994, tanto os honorários convencionados quanto os sucumbenciais deverão ser classificados como créditos de natureza alimentar. ....

..... (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada **MARIA ARRAES**  
 Relatora

